



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procuradoria

Processo nº 1131/2026

Projeto de Lei Legislativo nº 79/2026

PARECER

Este processo trata da apreciação de constitucionalidade e legalidade da proposição de autoria do ilustre Vereador Fernando Santório, que *“institui o dia municipal do movimento “mães que oram pelos filhos”, a ser celebrado anualmente no dia 30 de março, e o inclui no calendário oficial de eventos do município de Cariacica”*.

Em sua justificativa, o parlamentar destaca que o Projeto de Lei tem por objetivo instituir, no Município de Cariacica, o DiaMunicipal do Movimento “Mães que Oram pelos Filhos”, a ser celebrado anualmente em 30de março, reconhecendo a importância social, familiar e comunitária do referido movimento.

Segue informando que, a presente proposta não cria despesas obrigatórias ao Município nem interfere em qualquerprática religiosa específica. Ao contrário, respeita integralmente a liberdade de crença e alaicidade do Estado, limitando-se a reconhecer oficialmente uma data de relevante interessesocial e comunitário.

Por fim, finaliza argumentando quea iniciativa está alinhada aos valores defendidos pelo Município de Cariacica depromoção da família, da dignidade humana, da proteção às crianças e aos adolescentes e dofortalecimento da convivência comunitária.

Sob o aspecto formal, nada obsta a tramitação do projeto, eis que utiliza a via correta para apreciação de seu objetivo, estando de acordo com o estabelecido no Regimento Interno desta Casa de Leis, artigos 106 a 111.

Prosseguindo, o entendimento acerca da inserção de data comemorativa no calendário oficial de eventos do Município é maciço no sentido da não violação da reserva de iniciativa do Poder Executivo, conforme julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo:





**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Procuradoria

Processo nº 1131/2026

Projeto de Lei Legislativo nº 79/2026

*“(…)1. As hipóteses previstas na Carta Magna para a deflagração do processo legislativo pelo Presidente da República são normas de reprodução obrigatória nas Constituições Estaduais, por força dos princípios da simetria e da separação dos Poderes, e devem ser observadas pelas Leis Orgânicas Distrital e Municipais, sob pena de se configurar inconstitucionalidade formal subjetiva. 2 . **A inserção de data comemorativa no calendário oficial de eventos de determinado Município não viola, por si só, as normas de organização administrativa da municipalidade, porquanto, via de regra, as comemorações não geram despesas de capital financeiro e humano para o Poder Executivo (...)**”. (TJES. ADI nº 0024306-10.2018.8.08.0000, Relator: Des. Fernando Estevam Bravin Ruy, Julgado em 06/06/2019) (grifo nosso)*

Desta forma, não havendo óbices legais ou formais, opinamos pelo **PROSSEGUIMENTO** do projeto.

Por fim, insta frisar que a emissão de parecer por esta Procuradoria não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Esse é o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Cariacica/ES, 09 de abril de 2026.

GUSTAVO FONTANA ULIANA

Procurador Jurídico

NATHALIA CARON

Matricula nº 3985

